



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007087-82.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Francisco Barroso Gomes**
 Requerido: **José Maria Baptista**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

FRANCISCO BARROS GOMES propôs ação de cobrança em face de **JOSÉ MARIA BAPTISTA**. Alegou, em suma, ter prestado serviços de pedreiro ao requerido por exatos 57 dias, construindo uma área de 15m², além da reforma de outra área totalizando 60m². Quando faltava assentar poucos metros de piso, pediu ao requerido o pagamento e ouviu que nada seria pago, mandando que se retirasse de sua casa. O valor combinado foi de R\$6.500,00, recebendo, de entrada, R\$1.500,00 e nada mais. Requereu o valor atualizado de R\$ 5.640,79.

O requerido, citado (fl. 33), não contestou o pedido (fl. 34).

É relatório.

Fundamento e decido.

O julgamento da lide no estado em que se encontra está autorizado pelo art. 355, inciso II, do Código de Processo Civil.

Trata-se cobrança em razão da prestação de serviços de pedreiro, dos quais se alega a falta de pagamento.

Informou o autor a existência de feito anterior que tramitou no JEspCível local, extinto por entender o magistrado, sobre a necessidade de perícia.

Neste caso, porém, a inicial foi sucinta mas clara, permitindo a plena defesa do requerido quanto à existência ou não da dívida, e este preferiu o silêncio, o que fala por si.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia, presumem-se verdadeiros os fatos alegados na peça exordial, conforme art. 344, do Novo Código de Processo Civil.

Com a inércia da parte ré, prevalecem nos autos as afirmações da parte autora, mormente a ausência do pagamento da dívida, em especial diante da verossimilhança das alegações iniciais, que deveriam ter sido rebatidas pelo requerido.

Nem se fale que a procedência não poderia ser integral, por conta da falta de

1007087-82.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pequena parte do serviço contratado. Também quanto a esse tema, o descumprimento injustificado do pactuado, por parte do réu, faz com que eventual excedente seja tido como encargo por infração contratual, devolvendo às partes à correta posição dentro da avença.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, com exame do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, para condenar o requerido a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.640,79, com correção monetária a contar do ajuizamento, mais juros de mora de 1%, desde a citação.

Por força da sucumbência, condeno ainda o requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios ora fixados em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Oportunamente, archive-se.

P.I.C.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
 (assinado digitalmente)

São Carlos, 15 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**